

"Um clima amistoso"

GAZETA MERCANTIL

15 JAN 1988

por Cláudia Sfatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, disse ontem que "o Brasil não pediu nem está nos planos pedir um empréstimo-ponte ao governo norte-americano para normalizar o pagamento dos juros da dívida externa que começaram a vencer a partir do dia 1º de janeiro".

Nóbrega fez essa declaração em entrevista coletiva após uma visita de cortesia à presidência da Comissão da Dívida Externa no Senado Federal e depois de uma audiência extra agenda com o presidente José Sarney.

(Pouco depois, a porta-voz do Ministério da Fazenda explicou que, apesar de não haver uma "negociação formal" em torno de um empréstimo-ponte, o governo brasileiro não recusará tal operação se ela for uma alternativa dos bancos privados e institui-



Mailson Ferreira
da Nóbrega

ções oficiais de crédito para que o Brasil possa normalizar o pagamento dos juros da dívida.)

O ministro insistiu, ontem, em que o Brasil não voltará a pagar juros "enquanto não obtiver financiamento adequado para pagamento de pelo menos

60% dos juros da dívida junto aos credores", ficando ao País a tarefa de saldar os 40% restantes com recursos da própria reserva cambial.

Fontes do Ministério da Fazenda ponderaram que o Brasil deverá negociar mesmo somente os débitos de 1988, pois as discussões em torno de uma nova Carta constitucional estariam prejudicando a intenção de um acordo de mais longo prazo.

Nóbrega disse também que a notícia de que o ICERC (sigla da agência intergovernamental norte-americana que analisa o risco dos países) poderia reclassificar, para baixo, os créditos brasileiros "não tem o menor fundamento depois que concluímos o desembolso para o pagamento dos juros no último dia 11 de janeiro". Com o acerto de contas com os bancos privados em torno dos juros de outubro a dezembro, "as negociações, agora, seguem seu curso normal,

com sinais claramente positivos".

Nóbrega disse que mantém contato telefônico pelo menos duas vezes por dia com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e com o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, e pelo que pôde apurar os entendimentos com o comitê dos bancos têm seguido num "clima amistoso".

O ministro da Fazenda informou que neste mês de janeiro o Brasil não receberá missão do Fundo Monetário Internacional nem enviará técnicos brasileiros a Washington para dar partida ao acordo com o FMI. "As negociações com o FMI terão início numa época oportuna e não serão precondição para um acordo com os bancos privados", voltou a insistir o ministro.

Acentuam-se as divergências entre os bancos credores do Brasil. Conforme apurou o correspondente deste jornal em Washington, Paulo Sotero, alguns bancos sentem que foram induzidos a participar do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões sem terem recebido do comitê de bancos uma visão clara da posição do Brasil quanto à volta ao pagamento dos juros.

Revelando que já perderam as esperanças de encontrar uma solução rápida para o caso Brasil, alguns grandes bancos aumentaram suas reservas contra perdas. O Security Pacific Corp., de Los Angeles, ampliou suas provisões em 50%. O American Express seguiu o exemplo, além do Continental Illinois, do First Interstate Bankorp e do National Westminster Bank USA.